



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08469608820178205001

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO DAS CHAGAS PIRES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Primeiramente, vem informar que constam dois laudos periciais neste processo, ocorre que, o laudo pericial de fls. ID Nº 43091630 – Pág.3/4, não corresponde ao Autor deste processo, o mesmo foi verificado através do CPF e pela data do acidente, estas informações são divergentes ao informado na exordial pelo autor.

Sendo assim, vem a Ré requerer que o **laudo pericial de fls. ID Nº 43091630 – Pág.3/4, seja extraído dos autos**, uma vez que, este não pertence a este processo e requer ainda que seja mantido o laudo de fls. ID Nº 43091630 – Pág.1/2, pois corresponde ao autor deste processo.

LAUDO PERICIAL FLS. ID Nº 43091630 – Pág.1/2 – DATA DO ACIDENTE 13/04/2016 – CPF: 430.311.614-91

Nome completo: FRANCISCO DAS CHAGAS PIRES
 CPF: 430.311.614-91
 Endereço completo: R. José Álvares Maciel 186 Parnamirim RN 59155-593
 Informações do acidente
 Local: PARNAMIRIM - RN
 Data do Acidente: 13/4/16

PETIÇÃO INICIAL:

FRANCISCO DAS CHAGAS PIRES, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF/MF sob o nº 430.311.614-91, portador do RG: 716572 ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua José Álvares Maciel, nº 186, Liberdade, Parnamirim/RN, CEP: 59155-593, vem respeitosamente à

1. O Autor foi vítima de acidente automobilístico na Rua Felizardo Moura, Liberdade, Parnamirim/RN. O fato ocorreu no dia 13 de abril de 2016, conforme denota sobreja documentação em anexo. Em decorrência desse trágico acidente o Requerente teve **FRATURA NA CLAVÍCULA DIREITA**.

Nome completo: FANUSCA DAS CHAGAS FOLGEMINHA
CPF: 062.295.444-07
Endereço completo: LAFINHAS - IGUAçu MARVILHO - RN
Informações do acidente
Local: CUARA - MIRIM - RN
Data do Acidente: 28/11/15

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que o ACIDENTE **OCORREU EM 13/04/2016**, E O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM QUE A MESMA ENCONTRAVA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO OU ATÉ MESMO LAUDOS MÉDICOS QUE CONFIRMASSEM O AGRAVAMENTO DAS LESÃO NO OMBRO DIREITO.

CUMPRE ESCALRECER, **QUE O AUTOR JUNTOU DOUCMENTOS MÉDICOS**, QUE NÃO CONFIRMAM O AGRAVAMENTO DAS LESÃO NO OMBRO DIREITO, SENDO ASSIM, NÃO HÁ SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE.

EM QUE PESE O LAUDO PERICIAL TER APRESENTADO UMA PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DO OMBRO DIREITO EM 25%, A MESMA NÃO SE PRESTA A COMPROVAR O AGRAVAMENTO DA LESÃO, UMA VEZ QUE O AUTOR NÃO ACOSTOU DOCUMENTOS MÉDICOS CAPAZES DE COMPROVAR AS SEQUELAS.

ORA V. EXA., COMO PODE I. PERITO ATESTAR UMA PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DO OMBRO DIREITO EM 25%, COM PRECISÃO, SE O AUTOR NÃO ACOSTOU EXAMES SUFICIENTES PARA QUE O MESMO PUDESSE BASEAR-SE OU FAZER ALGUMA COMPARAÇÃO, AFINAL, A AUTOR REALIZOU PERÍCIA SOMENTE APÓS 3 ANOS DO DECORRIDO ACIDENTE.

Compreende-se, que nos autos não constam nenhuma documentação médica que comprove que a parte autora ficou em tratamento médico de 2016 até 2019.

SALIENTA-SE, QUE DIANTE DE TODA EVOLUÇÃO DA MEDICINA, NÃO É PLAUSÍVEL QUE VÍTIMA VENHA APRESENTAR UMA PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DO OMBRO DIREITO EM 25%, DEPOIS DE TANTO TEMPO AO ALEGADO ACIDENTE, SENDO CERTO QUE O AUTOR NÃO COMPROVOU QUALQUER TRATAMENTO OU MEDICAÇÃO EM DECORRÊNCIA DAS LESÕES.

Ante o exposto, requer a improcedência do pleito autoral, tendo em vista a total ausência de comprovação do agravamento das lesões com o acidente automobilístico.

Caso assim não entenda, requer esclarecimentos do i. Perito, a fim de elucidar a divergência entre documento médico e o laudo confeccionado pelo i. perito, sobretudo por não constar nos autos qualquer documentação médica capaz de comprovar o agravamento da lesão.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 29 de maio de 2019.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN